

RELATÓRIO DO



I Fórum SBIIm de Saúde Pública em Imunizações



SBIIm
SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES



RELATÓRIO DO



I Fórum SBIm de Saúde Pública em Imunizações

Santa Catarina, 2023

Apresentação

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) realizou, no dia 23 de setembro de 2023, em Florianópolis, Santa Catarina, o **I Fórum SBIIm de Saúde Pública em Imunizações**. O objetivo da atividade, que encerrou a XXV Jornada Nacional de Imunizações, foi analisar as baixas coberturas vacinais no País e estratégias para revertê-las.

Participaram do debate:



Eder Gatti, diretor do Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis (DPNI) do Ministério da Saúde

Nereu Henrique Mansano, coordenador da Câmara Técnica de Epidemiologia do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)



Daisson José Trevisol, diretor de Comunicação Social do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

Lely Stella Guzman Barreira, coordenadora da Iniciativa de Imunização do escritório da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (OPAS/OMS)



Luciana Phebo, coordenadora nacional de Saúde, Nutrição e HIV/Aids do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Brasil

Maria de Lourdes de Sousa Maia, gerente do Departamento de Assuntos Médicos, Estudos Clínicos e Vigilância Pós-Registro (Deame) de Bio-Manguinhos/Fiocruz



Luciana Bergamo, promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)

Como foi o evento

O Fórum — aberto pela presidente da SBIIm, Mônica Levi, e mediado pelo coordenador de Comunicação da Sociedade, Ricardo Machado — começou com a exibição do vídeo Caminhos da Vacina, produzido pela SBIIm ([assista](#)).

Em seguida, a promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Luciana Bergamo, fez uma breve exposição sobre “O que está sendo feito e o que podemos esperar do sistema Jurídico”. Na fala, Bergamo destacou aos presentes a importância de as instituições acionarem o Ministério Público, para que o órgão saiba onde e como atuar.

Mesmo sem ter sido provocada, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de São Paulo instaurou, em 2018, o Inquérito Civil N^a 152/208 ([leia](#)), com o intuito de promover a vacinação no estado. Além disso, iniciou os entendimentos com a Saúde e a Educação que levariam à publicação, em 2021, da Portaria Conjunta SME/SMS N^o 001 ([leia](#)). Apesar das iniciativas, a pauta não era frequente no meio jurídico antes da pandemia de covid-19, afirmou a palestrante. Os reiterados ataques à vacinação de crianças e adolescentes contra o SARS-CoV-2, entretanto, mudaram o cenário.

Em 2022, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ) expediu a Nota Técnica N^o 02/2022-CNPJ ([leia](#)), que estabelecia recomendações de como os promotores de Justiça deveriam atuar para garantir a vacinação do público entre 5 e 11 anos contra a covid-19. Ministérios Públicos de diferentes unidades da federação — como São Paulo, onde a Procuradoria Geral de Justiça do estado publicou a Recomendação PGJ n^o 10/2022 ([leia](#)) — adotaram medidas no mesmo sentido.

O trabalho pela vacinação contra a covid-19 levou o mundo Jurídico a verificar que o Brasil sofria com baixas coberturas para todas as vacinas de rotina. Diante disso, diversas providências foram tomadas, entre as quais a criação, por parte do Conselho Nacional do Ministério Público, do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal. A iniciativa já conta com

a adesão de representantes dos Três Poderes, em todas as esferas, da OPAS, conselhos e associações profissionais, clubes de futebol, entre outros.

Após a apresentação, a organização do Fórum propôs aos demais convidados quatro questionamentos:

1) Na visão da sua instituição, qual o maior desafio para a reconquista das altas coberturas vacinais?

2) O que a sua instituição tem feito e o que mais pode ser realizado para reconquistarmos as altas coberturas vacinais?

3) Que sugestões a instituição apresenta e que compromissos pode firmar?

4) Você tem alguma solicitação a fazer a alguma das instituições presentes?

Confira, a seguir, o resumo.

Síntese

das respostas aos questionamentos propostos pelo I Fórum SBlm de Saúde Pública em Imunizações

1. Na visão da sua instituição, qual o maior desafio para a reconquista das altas coberturas vacinais?

Nereu Henrique Mansano (Conass)

Investir de forma massiva em educação continuada para as equipes das salas de vacina e fortalecer a atenção primária à saúde, em um modelo de atenção pautado na integralidade, para que as equipes assumam responsabilidade pelo cuidado à população em seus territórios.

Daisson José Trevisol (Conasems)

A perda da percepção do risco das doenças imunopreveníveis e o trabalho de influenciadores digitais, muitas vezes motivados por questões políticas ou interesses pessoais, que disseminam discurso antivacina.

Lely Stella Guzman Barreira (OPAS)

Integrar todos os setores que podem promover a vacinação. Não apenas a Saúde, mas o Executivo, Legislativo, Judiciário, sociedade civil organizada, comunidade, meio de comunicação, entre outros.

Luciana Phebo (Unicef)

Engajar toda a sociedade e buscar os setores além da Saúde para tornar a vacinação uma prioridade de todos. Isso demanda uma coordenação forte, para que cada um colabore da melhor forma possível dentro do seu campo de atuação.

Maria de Lourdes de Sousa Maia (Bio-Manguinhos/Fiocruz)

Ausência de planejamento participativo, descentralizado, ascendente, elaborado por trabalhadores e gestores, valorizando o protagonismo local e o diálogo com a sociedade civil organizada. Pouca integração entre atenção primária e a vigilância epidemiológica/imunização nos diversos níveis, o que repercute nos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes indígenas de saúde (AIS). Existência de vários sistemas de informações nos municípios, sem integração entre eles, o que leva à perda de dados. E, por fim, fragilidade e/ou falta de estratégias de comunicação capazes de combater a hesitação vacinal.

Eder Gatti (DPNI)

Os sistemas de informação. As quedas nas coberturas têm uma relação temporal com a implementação do registro nominal, em 2014. No ano seguinte, os índices começam a cair. A contratação por parte dos municípios de sistemas de informação próprios, que não se integram ao do PNI, leva à perda de dados: estima-se que 20% das doses administradas no Brasil não constem nos sistemas de informação do PNI. Além disso, a maioria dos registros contém inconsistências. Todos os sistemas de informação precisam “falar a mesma língua”, enviar os dados para a Rede Nacional de Dados e Saúde (RNDS) e serem capazes de consumir a plataforma.

2. O que a sua instituição tem feito e o que mais pode ser realizado para reconquistarmos as altas coberturas vacinais?

Nereu Henrique Mansano (Conass)

O tema imunização é pauta frequente nas assembleias do Conass, da qual participam os secretários estaduais de saúde de todas as Unidades Federativas, e nas reuniões das câmaras técnicas da instituição, em especial as de Epidemiologia, Atenção Primária à Saúde, Comunicação Social e Informação e Informática em Saúde.

O Conass representa as secretarias estaduais de saúde nas discussões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), com o Ministério da Saúde e o Conasems; na Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI), com as sociedades científicas; e no Controle Social, por meio do através do Conselho Nacional da Saúde (CNS) e suas comissões. Além disso, apoia tecnicamente as secretarias estaduais de saúde, para que cumpram o papel de dar suporte técnico aos municípios, realizar ações de educação permanente, avaliação e monitoramento das informações, bem como organizar a rede de frio e a logística da distribuição de imunobiológicos em seu território.

A instituição também promove iniciativas de comunicação, como o projeto Vacina Mais, lançado em 2022 em parceria com a OPAS e o CNS. Ainda nesse sentido, já foi iniciado um entendimento com a SBIm para ampliar e qualificar as ações de comunicação.

Daisson José Trevisol (Conasems)

O Conasems está cada vez mais próximo do Ministério da Saúde, em discussões e iniciativas como o Projeto ImunizaSUS, e dos demais atores envolvidos nas imunizações, como o Conass, CNS, Fiocruz, SBIm, entre outras. A instituição tem fortalecido as atividades de vacinação, a exemplo das campanhas, cobrado dos municípios a inserção dos dados no SI-PNI e oferecido treinamento para que os agentes comunitários de saúde (ACS) exerçam efetivamente o seu papel. A capacitação desses profissionais aumentará acesso à população, com mais qualidade, o que permitirá informar e ao mesmo tempo cobrar resolutividade em todas as ações de saúde, incluindo a imunização.

Lely Stella Guzman Barreira (OPAS)

Temos articulado com o Ministério da Saúde, com o aval do Conass e do Conasems, uma estratégia baseada em cinco pontos, acordados com o SUS: eliminação de doenças preveníveis, das quais 11 são possíveis por meio de vacinas disponíveis no Brasil; fortalecimento da vacinação ao longo do ciclo de vida; facilitação do acesso; ampliação da produção, para que o País e a Região das Américas se tornem independentes em vacinas; e preparação para a resposta a emergências.

Luciana Phebo (Unicef)

O Unicef realiza, por meio do Selo Unicef, busca ativa vacinal em 2.023 municípios brasileiros, a maioria localizados nas regiões Norte e Nordeste. O projeto, alinhado com as atividades de microplanejamento, tem como objetivo promover a intersectorialidade a favor da imunização, ou seja, auxiliar os municípios a entrarem nas escolas, nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), a dialogar com o Conselho Tutelar e a promover outras ações.

São desenvolvidas, ainda, iniciativas de comunicação em diferentes mídias. Entre elas, ações com Embaixadores – como a Turma da Mônica –, conscientização para que jovens se vacinem e disseminem informação correta e um trabalho de escuta social mensal, para entender o que as pessoas pensam e compreendem sobre vacina. As estratégias visam à mudança de comportamento, seja da população ou dos profissionais.

O Unicef tem como meta entender e contornar os determinantes sociais que levam à não vacinação de crianças, com destaque para as mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e moradoras de periferias de grandes centros urbanos. Além disso, a instituição também atua na capacitação permanente de profissionais.

Maria de Lourdes de Sousa Maia (Bio-Manguinhos/Fiocruz)

O trabalho ocorre em múltiplas frentes: aprimoramento de vacinas, para a produção de mais formulações combinadas, o que repercute na ponta e nas coberturas vacinais; farmacovigilância, para detectar e tomar as medidas necessárias diante de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI); pesquisas clínicas e estudos genéticos sobre doenças imunopreveníveis, como covid-19 e sarampo; formação de trabalhadores de saúde e apoio para Unidades Federativas e municípios por meio da Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica (RFPC). Uma iniciativa de destaque é o Projeto Para a Reconquista das Altas Coberturas Vacinais, em parceria com a SBIIm e o PNI, que tem alcançado bons resultados no Amapá e na Paraíba, por onde foi iniciado (saiba mais).

Eder Gatti (DPNI)

A atual gestão do Ministério da Saúde mudou o discurso em relação ao governo anterior. Lançamos o Movimento Nacional pela Vacinação, resgatamos a imagem do Zé Gotinha e o elevamos a outro patamar, nossos porta-vozes estão mais presentes na mídia, temos em fase piloto um fluxo de detecção e combate à fake news e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vacinado ao vivo no lançamento da vacina covid-19 bivalente no País, em uma postura de compromisso com a ciência.

O microplanejamento foi levado para todas as unidades federativas do Brasil, com investimento de R\$ 13 milhões para os estados e R\$ 137 milhões para os municípios, e as ações de multivacinação passaram a ser realizadas de forma regionalizada, em momentos diferentes e com estratégias de comunicação voltadas à população local.

A vacinação voltou a ser condicionante para o recebimento do Bolsa Família, o Programa Saúde na Escola – que inclui a vacinação na grade curricular e prevê o uso do ambiente escolar para a verificação da caderneta – foi reaberto e fortalecido (mais de 95% dos municípios aderiram) e há previsão de R\$ 42 bilhões em investimento até 2026 para a atualização do complexo industrial em saúde, o que permitirá intensificar o desenvolvimento e produção nacional de imunobiológicos. O resgate da Fundação Ataulpho de Paiva também está em andamento. No que diz respeito aos sistemas de informação, o SI-PNI foi estendido para as clínicas privadas e a saúde indígena, e os modelos para o Registro de Imunobiológico Administrado na Rotina (RIA-R) e na Campanha (RIA-C) foram pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

3. Que sugestões a instituição apresenta e que compromissos pode firmar?

Lely Stella Guzman Barreira (OPAS)

Comprometo-me a fortalecer a cooperação técnica entre a OPAS e o Ministério da Saúde, Conass, Conasems, estados e municípios junto com parceiros. Sugiro fortalecer a formação, qualificação e atualização dos trabalhadores da saúde e de imunizações; reforçar a vigilância epidemiológica; ampliar a produção de vacinas e a pesquisa; intensificar as ações de comunicação, não apenas com o público geral, mas com os profissionais da saúde e do meio jurídico; e estabelecer parcerias com o terceiro setor.

Maria de Lourdes de Sousa Maia (Bio-Manguinhos/Fiocruz)

Comprometo-me a apoiar a formação de novas lideranças locais – a exemplo do trabalho desenvolvido pelo Projeto Pela Reconquista das Altas Coberturas Vacinais (PRCV), que criou e capacitou o grupo Jovens Repórteres e a Cia de Teatro Indígena Maiuhi a produzirem conteúdo sobre imunizações; auxiliar na elaboração de materiais e métodos para inserir o tema imunização na Educação da Básica; fortalecer o ensino e pesquisa nas universidades; e trabalhar pela popularização da ciência.

Luciana Phebo (Unicef)

Comprometo-me a promover a busca ativa vacinal, apoiando os municípios – com base no microplanejamento – a promover a intersetorialidade com a escola, Conselho Tutelar, CRAS e outros atores responsáveis pela vacinação. Também me comprometo a impulsionar a imunização de crianças nos centros urbanos, por meio das estratégias territoriais do Unicef, como o Selo Unicef e a Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI), e a engajar a juventude em prol das imunizações. Sugiro o alinhamento das ações institucionais e parcerias para apoiar e promover o Movimento Nacional pela Vacinação.

Daisson José Trevisol (Conasems)

Comprometo-me, como parceiro técnico do Ministério da Saúde, Conass e outras instituições, a cobrar dos Cosems e dos municípios o planejamento e a execução das ações de imunização. Sugiro a ampliação do financiamento do Ministério da Saúde para as ações de vacinação nos municípios e o desenvolvimento de um sistema de informações unificado, que englobe o SUS e a rede privada, para que seja possível obter informações sobre todos os pacientes em qualquer local de atendimento.

Nereu Henrique Mansano (Conass)

O Conass continuará cumprindo seu papel na articulação técnica com o Ministério da Saúde e no apoio técnico aos estados, considerando sua responsabilidade na gestão do SUS e na coordenação do Programa Nacional de Imunizações em seus territórios. Como sugestão,

é importante que o Ministério da Saúde amplie o financiamento para as ações de Vigilância em Saúde, contemplando as ações de imunização e vigilância epidemiológica; retome o processo de formação e educação permanente em imunizações, com destaque para os treinamentos em salas de vacina – incluindo a definição de diretrizes e conteúdos mínimos; e, em especial, potencialize a comunicação, por meio de estratégias coordenadas que incluam nos debates as sociedades científicas e demais parceiros;

Eder Gatti (DPNI)

Comprometo-me a manter o diálogo com as instituições e intensificar a aproximação com estados e municípios, considerando que a política pública de vacinação é realizada no nível local, especialmente no municipal. Nesse sentido, as ações de microplanejamento serão avaliadas e aprimoradas para que melhores resultados sejam atingidos. Também me comprometo a incluir na Rede Nacional de Dados e Saúde (RNDS) os dados sobre imunização, com a possibilidade de consulta por parte de estados e municípios, e a trabalhar pela atualização, de forma racional, do Calendário Nacional de Vacinação.

4. Você tem alguma solicitação a fazer a alguma das instituições presentes?

Nereu Henrique Mansano (Conass)

Além das questões sugeridas no item anterior à gestão federal, é importante que ocorra uma efetiva integração das diversas áreas do Ministério da Saúde (especialmente SEIDIGI, SAPS e SVSA), para que as informações sobre vacinação sejam enviadas dos diversos sistemas de informação para a Rede Nacional de Saúde (RNDS) e que os estados e municípios tenham acesso integral e automático aos dados, conforme estabelecido pela Resolução da Comissão Intergestores Tripartite nº 1 e pela Lei 8080/1990. Também é importante rever a nota recentemente publicada pelo Ministério da Saúde, que retira a autonomia de estados e municípios para utilização da imagem do Zé Gotinha em suas ações de promoção da vacinação.

Daisson José Trevisol (Conasems)

Solicito ao Ministério da Saúde a ampliação do financiamento para as ações de vacinação e investimento em pesquisa, da básica à pré-clínica e à clínica, o fortalecimento das vigilâncias epidemiológicas no âmbito municipal e a instalação de antenas parabólicas em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), para a recepção do sinal da TV Conasems, com o intuito de divulgar informações sobre saúde para a população.

Lely Stella Guzman Barreira (OPAS)

Peço a todos, diante do contexto global de mudança climática, para analisarem como podem gerir de forma mais eficiente os resíduos contaminantes, para reduzir o impacto ambiental da vacinação. Também solicito o aumento da produção científica e da troca de experiências, bem como o empenho para que o Brasil retome o protagonismo em vacinação na Região das Américas.

Luciana Bergamo (MPSP)

Peço às sociedades científicas, gestores e profissionais da saúde que criem pontes com outros setores da sociedade que não têm conhecimento técnico sobre vacinação, mas podem contribuir para a retomada das coberturas, como a Educação e o Judiciário, e que procurem o Ministério Público caso sejam identificadas situações que podem colocar em risco a vida e a saúde dos cidadãos, sobretudo crianças e adolescentes.

Luciana Phebo (Unicef)

Solicito ao Ministério da Saúde que coordene a rede de parceiros – com representantes dos estados e municípios, organismos internacionais, universidades, sociedades científicas e civil organizada – de forma regular e sistemática, para que as instituições mantenham o diálogo e apresentem contribuições e demandas.

Maria de Lourdes de Sousa Maia (Bio-Manguinhos/Fiocruz)

Peço ao Ministério da Saúde para promover a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), a integração entre as diversas áreas envolvidas na vacinação, e para analisar a viabilidade de implementar algumas das experiências do Projeto Pela Reconquista das Altas Coberturas Vacinais (PRCV), que alcançou bons resultados no Amapá e na Paraíba, onde foi realizado.

Eder Gatti (DPNI)

Recebo com tranquilidade as demandas dos parceiros, com quem mantenho boas relações, e reitero que todos os interessados em contribuir com sugestões, dentro do projeto do PNI, são extremamente bem-vindos. No que diz respeito às solicitações, peço ao Conass para que as coordenações estaduais de imunizações sejam fortalecidas, para que elas se apoderem dos CRIE e fiscalizem se os requisitos da portaria que rege o funcionamento das unidades está sendo cumprido. Ao Conasems, peço para monitorarmos juntos os sistemas de informação próprios utilizados pelos municípios, para que trabalhem sob as mesmas regras, e empenho para melhorar a aceitabilidade ao microplanejamento.

Conclusão

O I Fórum SBIm de Saúde Pública em Imunizações foi uma oportunidade ímpar de dialogar com os diferentes atores envolvidos na elaboração de políticas de vacinação no Brasil. Ao compartilhar experiências, explicar barreiras e apresentar demandas e sugestões, é possível pensar em soluções mais eficazes para lidar com o desafio das baixas coberturas vacinais. Na medida em que é multifatorial, o problema exige ações integradas.

O Fórum está em linha com o compromisso da SBIm de promover iniciativas para valorizar e estimular a vacinação no Brasil. A Sociedade elabora calendários e guias de vacinação, oferece apoio técnico para o Programa Nacional de Imunizações (PNI), promove atualização científica e reciclagem voltadas aos profissionais da saúde por meio de eventos presenciais e on-line, e realiza diversas campanhas para mobilizar a sociedade.

Destacam-se, nesse sentido, ações como o Projeto Pela Reconquista das Altas Coberturas Vacinais (PRCV), desenvolvido em parceria com Bio-Manguinhos/Fiocruz; o ConfíaLA – grupo de trabalho latino-americano criado para fortalecer a confiança em vacinas nas Américas –; o portal Família SBIm (familia.sbim.org.br), voltado ao público leigo, os Encontros de Imunização em Pacientes Especiais e a Jornada Nacional de Imunizações, maior evento do mundo sobre o tema.

SBIIm – Sociedade Brasileira de Imunizações

DIRETORIA SBIM (Biênio 2023-2024)

Presidente: Mônica Levi (SP)

Vice-Presidente: Renato Kfoury (SP)

1ª Secretária: Flavia Bravo (RJ)

2ª Secretária: Isabella Ballalai (RJ)

1ª Tesoureira: Mayra Moura (SP)

2º Tesoureiro: Juarez Cunha (RS)

Editoração:

Magic RM Comunicação Estratégica

Coordenação editorial: Ricardo Machado

Transcrição e redação: Carlos Caroni

Capa e diagramação: Silvia Fittipaldi



A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) realizou, no dia 23 de setembro de 2023, em Florianópolis, Santa Catarina, o **I Fórum SBIm de Saúde Pública em Imunizações**. O objetivo da atividade, que encerrou a XXV Jornada Nacional de Imunizações, foi analisar as baixas coberturas vacinais no País e estratégias para revertê-las.